



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO

**PERFIL DAS CANTINAS E PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE
ESCOLAR SOBRE A LEI DE PROMOÇÃO DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL
EM ESCOLAS DE BRAZLÂNDIA - DF**

Autor: Maria Isabel Reis Rodrigues

Orientadora: Prof^a Dr^a. Maria Natacha Toral Bertolin

Brasília,

2014

MARIA ISABEL REIS RODRIGUES

**PERFIL DAS CANTINAS E PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE
ESCOLAR SOBRE A LEI DE PROMOÇÃO DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL
EM ESCOLAS DE BRAZLÂNDIA - DF**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em
Nutrição da Universidade de Brasília, como
requisito para obtenção do Título de Bacharel em
Nutrição.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Maria Natacha Toral Bertolin

Brasília,
2014

RESUMO

Objetivo: avaliar o perfil de cantinas e a percepção da comunidade escolar quanto à Lei nº 5.146, de promoção de alimentação saudável, em escolas da rede pública e particular de ensino de Brasília – DF. **Metodologia:** estudo transversal com adolescentes do 9º ano e donos de cantinas de uma escola pública e uma privada. Aplicou-se um *check-list* nas cantinas avaliando os alimentos comercializados, presença de propagandas e custo dos alimentos. Investigaram-se a percepção quanto aos alimentos comercializados; opinião sobre a Lei; frequência de compra e os alimentos mais comprados (alunos); limitação para a oferta de alimentos saudáveis e mudanças realizadas para se adequar a Lei (cantineiros), utilizando questionários auto preenchidos. **Resultados:** Participaram do estudo 35 adolescentes, sendo 77,1% da escola pública. 42,9% relataram não comprar na cantina; principal motivo foi devido aos alimentos não serem saudáveis (53,3%). Os alimentos mais comprados na cantina são os doces (70%); 14,3% consideraram que todos os alimentos vendidos na cantina não são saudáveis. O perfil de venda das cantinas é semelhante nas duas escolas, e ainda oferecem alimentos proibidos, mas seus proprietários referem já ter realizado modificações para se adequar à Lei. Ambos consideraram que os alimentos vendidos em seus estabelecimentos são razoavelmente saudáveis. Tanto os donos das cantinas quanto os alunos possuem uma visão positiva com relação à Lei. **Conclusão:** Os alunos apresentam conceito aparentemente adequado de alimentação saudável, porém consomem alimentos de baixo valor nutricional na escola. Ainda são necessárias ações para transformar o ambiente escolar em promotores de uma alimentação saudável.

Termos de indexação: ambiente escolar, escolares, cantina, alimentação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. OBJETIVO	11
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3. METODOLOGIA	12
3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO	12
3.2 AMOSTRA DO ESTUDO	12
3.3 COLETA DE DADOS.....	12
3.4 ANÁLISE DE DADOS	14
3.5 ASPECTOS ÉTICOS	14
4. RESULTADOS.....	15
4.1 CHECK-LIST DA CANTINA	15
4.2 PERCEPÇÃO DOS DONOS DAS CANTINAS	16
4.3 PERCEPÇÃO DOS ALUNOS	18
5.DISSCUSSÃO.....	23
5.1 CHECK-LIST DA CANTINA	23
5.2 PERCEPÇÃO DOS DONOS DAS CANTINAS	25
5.3 PERCEPÇÃO DOS ALUNOS	28
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
8. APÊDICES	42
9. ANEXOS	49

1. INTRODUÇÃO

Para a Organização Mundial de Saúde–OMS, a adolescência compreende o período entre 10 e 19 anos de idade, e é uma fase marcada pelo encerramento da maturação biopsicossocial (WHO,1986). É durante esta fase que diversas transformações acarretam em um ganho de autonomia, sendo caracterizada por uma época de formação dos hábitos alimentares e do estilo de vida (EISENSTEN et al, 2000; VITALLE et al, 2003).

Sabe-se que os hábitos alimentares dos adolescentes tem sido constantemente descritos como práticas pouco saudáveis. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE, realizada em 2012 com adolescentes do 9º ano (antiga 8ª série) do ensino fundamental, apontou que apenas 69,9% dos escolares consumiram feijão e 51,5% referiram tomar leite em cinco ou mais dias na semana anterior à pesquisa (IBGE, 2012). Por outro lado, 41,3% dos escolares referiram um consumo de guloseimas com a mesma frequência. Apesar de ter sido observada uma diminuição de 9,6% em comparação com os da PeNSE anterior, realizada em 2009, nota-se que guloseimas, entre outros marcadores de alimentação não saudável, são muito presentes na dieta do adolescente (IBGE, 2009).

Outro problema é a escassez da participação de frutas e hortaliças, o que implica em baixo teor de micronutrientes e fibras na alimentação dessa fase da vida. Estudo realizado no município de Piedade- SP em 2008 com adolescentes revelou que, dos 100 participantes avaliados, apenas 56% apresentavam consumo de frutas adequado e 83% ultrapassaram a recomendação máxima de duas porções diárias de doces e açúcares (ENES et al., 2008).

Essa alimentação inadequada está relacionada com o surgimento precoce de doenças crônicas não-transmissíveis, incluindo a obesidade. Comparando dados das Pesquisas de Orçamentos Familiares – POF de 2002-2003 com a de 2008-2009, observa-se que entre os indivíduos do sexo masculino de 10 a 19 anos de idade, o excesso de peso passou de 16,7% para 21,7%; já no sexo feminino, este problema foi de 15,1% para 19,4% na mesma faixa etária. A obesidade também apresenta tendência ascendente, aumentando de 4,1% para 5,9% entre os meninos e de 3,0% para 4,0% entre as meninas no mesmo período (IBGE, 2006; 2010).

Sabe-se que a obesidade iniciada na infância e na adolescência pode ser fator de risco para uma obesidade na fase adulta. Cerca de 50% das crianças obesas aos seis meses de idade e 80% das crianças obesas aos cinco anos de idade permanecem obesas na vida adulta (ABRANTES et al., 2002) .

Com base nesses dados, a escola torna-se um lugar fundamental para realização da educação alimentar e nutricional e de contribuição para controle ou diminuição da prevalência de sobrepeso e obesidade. A escola é um lugar propício para o desenvolvimento de ações de promoção, prevenção e de educação para saúde, e se constitui num espaço perfeito para formar indivíduos mais críticos e construtores de conhecimento (FERREIRA et al, 2012).

“A escola é a instituição que deve desenvolver estratégias de intervenção que envolva toda a comunidade escolar na formação de hábitos de vida saudáveis, propiciando aos escolares um ambiente com opções de lanches nutricionalmente equilibrados, exercícios físicos regulares e programas de educação nutricional.” (GABRIEL et al , 2008).

No espaço escolar, os alunos podem ter acesso a alimentos por diversas formas, e uma delas corresponde às cantinas escolares. Segundo a Portaria de 23 de março de 2005 da região metropolitana da Grande São Paulo, cantina escolar é uma dependência “dentro do estabelecimento de ensino, destinada a fornecer serviços de alimentação a alunos, professores e demais funcionários, mediante pagamento”. Nesse aspecto, a cantina comercial de uma escola deve ser levada em consideração no momento de se planejar ações de educação alimentar e nutricional (EAN) (ZANCUL, 2004; SAO PAULO, 2005; GABRIEL et al, 2010).

A EAN compõe uma das estratégias preconizadas pelas políticas públicas voltadas para a alimentação e nutrição, e é considerada um instrumento de grande importância para a promoção de hábitos alimentares saudáveis. Em função do crescente destaque dado à EAN no Brasil, em 2012, foi lançado o “Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas” que é um documento que traz orientações de conceitos, princípios e diretrizes que visam contribuir para a construção de práticas e ações de EAN (RAMOS et al., 2013).

O que é proposto pela Educação Alimentar e Nutricional no âmbito escolar é a formação coletiva de conhecimento entre a escola, o escolar e a família, oferecendo

alimentos mais saudáveis nas cantinas e expondo a toda a comunidade da escola a importância de se ter uma alimentação equilibrada (BIZZO, LEDER, 2004).

Pensando nisso, existem leis ou portarias de governos locais ou federais que regulamentam a venda de produtos no ambiente escolar. Considerando a escola como uma das bases para formação de hábitos alimentares saudáveis, em 08 de Maio de 2006 foi publicada pelos Ministérios da Saúde e da Educação a Portaria Interministerial nº 1.010, onde foram determinadas em âmbito nacional as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas, explicitadas nos “Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas” (BRASIL, 2006).

Apesar da existência de normas que regulamentam os alimentos que podem ou não ser comercializados no ambiente escolar, nem todas as cantinas seguem essas normas (AMORIM et al, 2012). A PeNSE de 2012 trouxe dados sobre os alimentos comercializados nas cantinas escolares, destacando como itens mais frequentes salgados de forno (39,4%), suco ou refresco natural de frutas (34,1%) e as guloseimas (32%) (IBGE, 2012).

Dados semelhantes foram encontrados no estudo de Porto (2011) realizado nas cantinas de escolas particulares e públicas do Distrito Federal. Esse estudo demonstrou que a escola não constituía, na época, um ambiente facilitador para a formação de hábitos alimentares saudáveis, devido à grande oferta de alimentos não-saudáveis e à baixa oferta de alimentos saudáveis. Outro ponto importante que foi evidenciado é que a comunidade escolar não interfere na gestão da cantina, e fica a critério do proprietário o que deve ser vendido que nesse caso prioriza o lucro ao invés de promover educação alimentar e nutricional aos escolares.

No Brasil, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) que foi homologada no ano de 1999, constitui um conjunto de políticas governamentais voltadas para a concretização do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada, e ao mesmo tempo se insere no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Na sua versão atualizada (2012), traz em suas diretrizes um destaque para a importância de estratégias voltadas para a promoção de práticas alimentares saudáveis. Dentre essas estratégias está o incentivo à criação de ambientes promotores de alimentação adequada e saudável, o que recai inclusive na oferta de alimentos saudáveis nas escolas (BRASIL, 2012).

Alguns Estados e Municípios criaram leis que regulamentam a comercialização de certos alimentos nas cantinas escolares. A primeira iniciativa de criação de uma

legislação específica sobre a comercialização de alimentos na escola ocorreu em Florianópolis -SC, onde foi aprovada em 2001 a Lei Municipal nº 5853 para as unidades educacionais públicas e privadas que atendem a educação básica. Essa Lei determina a proibição do comércio de alguns itens nas cantinas, são eles: salgadinhos industrializados; salgados fritos; pipocas industrializadas; bebidas alcoólicas; balas, pirulitos e gomas de mascar; refrigerantes e sucos artificiais (SANTA CATARINA, 2001a).

Essa lei foi posteriormente estendida para todo o Estado de Santa Catarina como a Lei Estadual nº 12.061. Ficou determinado que os serviços de lanches e bebidas nas unidades públicas e privadas da educação básica deverão obedecer a padrões de qualidade higiênico-sanitário e nutricional. Por essa Lei fica proibido a comercialização dos itens citados pela Lei Municipal nº 5.853, além do que as cantinas devem oferecer duas opções de frutas sazonais aos alunos. Tanto a Lei nº 5.853 quanto a Lei nº 12.061 estão em vigor e são exemplos de que é importante a existência de Leis para o controle do que é comercializado dentro do ambiente escolar (SANTA CATARINA, 2001b).

Em um estudo realizado em 2006 para avaliar a adequação das cantinas de 105 escolas particulares e públicas de Santa Catarina observou-se que a adequação a Lei nº 12.061 é satisfatória. Dentre os alimentos proibidos pela Lei, destaca-se que os salgados fritos e industrializados não são mais comercializados pelas escolas, e a maioria não comercializa mais refrigerantes (98,2%) e pipocas industrializadas (92,9%). Ressalta-se, também, que os sucos naturais e os salgados assados são comercializados por 75,0% e 98,2% das escolas, respectivamente. Entretanto, cerca de 60,7% das escolas comercializam sucos artificiais e 60,7% dos estabelecimentos não disponibilizam frutas ou salada de frutas, o que sugere que a fiscalização das cantinas escolares é imprescindível (GABRIEL et al., 2010).

A partir da criação dessas leis em Santa Catarina, estratégias semelhantes têm sido observadas em diversos municípios e estados brasileiros, como é o caso do Paraná e do Distrito Federal (GABRIEL et al., 2010).

O Estado do Paraná possui duas leis em vigor: a Lei nº 14.423, de 2004, e a de nº 14.855, aprovada no ano seguinte. Na primeira, voltada para unidades educacionais públicas e privadas que atendem a educação básica, consta uma lista de alimentos que são proibidos comercializar no ambiente escolar, e possui orientação para que haja um mural para informações que sejam importantes sobre alimentação (PARANÁ, 2004). Já a Lei nº 14.855 abrange escolas de ensino fundamental e médio de escolas públicas e

particulares, e nela também são listados os alimentos de comercialização proibida; porém, também são listados os alimentos que são permitidos, além de serem estabelecidas penalidades para o estabelecimento infrator (PARANÁ, 2005).

No Paraná no começo a Lei trouxe diversos problemas devido à baixa adesão tanto por parte dos alunos quanto por parte dos pais. Os alunos passaram a trazer alimentos não saudáveis de casa e com isso houve um aumento do número de ambulantes nas proximidades das escolas (STOLARSK, 2005).

No ano de 2009, um estudo realizado no município de Guarapuava no Paraná, realizado em 14 escolas, verificou que diversos alimentos proibidos pela Lei estavam sendo comercializados nas escolas, como é o caso do chocolate (incluindo alimentos contendo recheio ou cobertura do mesmo), balas e/ou pirulitos, com frequência de 50% e 14,28% respectivamente e nenhuma oferecia frutas in natura para venda na cantina, o que reforça que a fiscalização é fundamental. Por outro lado, foi verificado que existe a comercialização de alimentos permitidos pela Lei como é caso dos salgados assados (92,85%), picolés de frutas (71,42%), e bebidas lácteas e achocolatados (64,28%). Em alguns locais também se observou a presença de bolo simples com cobertura de frutas (28,57%), biscoitos simples (21,42%), barras de cereais (21,42%) e suco de frutas natural (14,28%) (SIMON, 2009).

Já no Distrito Federal, foi aprovada em 2005 a Lei nº 3.695 direcionada a escolas da educação infantil, ensino fundamental e médio das redes pública e privada do Distrito Federal. Esta Lei proibiu a comercialização de alimentos não saudáveis no ambiente escolar e também estendeu essa proibição aos ambulantes que comercializavam esses alimentos próximos a escola, além do que indicava que as escolas deveriam adotar em seu conteúdo pedagógico assuntos que tratassem de alimentação saudável. Porém essa lei ficou em vigor durante um ano, sendo revogada em 2006 (DISTRITO FEDERAL, 2005).

No Distrito Federal a avaliação da implementação de tal Lei resultou em opiniões divergentes. Para alguns cantineiros, a adesão ao projeto da presente Lei era positiva já que não haveria uma redução dos lucros, além do que se sentiam importantes ao contribuir com um projeto de grande importância para o futuro das crianças. Entretanto o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF (SINEPE-DF) mostrou-se visivelmente contra o projeto, e os técnicos da Secretaria de Educação manifestaram uma grande preocupação com o aumento da demanda de trabalho, já que eles seriam os responsáveis pela capacitação e fiscalização dos cantineiros. O aumento

da demanda de trabalho foi o motivo principal para o governador vetar a projeto, pois este implicaria em um aumento de gastos de recursos públicos para formação de pessoal. Apesar da aprovação da lei pela Câmara Legislativa, o governo entrou com um pedido posterior de ação de inconstitucionalidade e obteve parecer favorável do Ministério Público; a lei foi então revogada (BRASIL,2007).

Recentemente, foi sancionada a Lei nº 5.146, de 19 de Agosto de 2013, que estabelece diretrizes para a promoção de uma alimentação saudável nas escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio de escolas públicas e privadas do Distrito Federal. É prevista nesta Lei a proibição da comercialização de: balas, pirulitos, gomas de mascar, biscoitos recheados; refrigerantes e sucos artificiais; salgadinhos industrializados; frituras em geral; pipoca industrializada; bebidas alcoólicas e alimentos industrializados cujo percentual de calorias provenientes de gordura saturada ultrapasse 10% (dez por cento) das calorias totais. Também determina que deverão ser trabalhados como conteúdos pedagógicos uma série de temas que envolvem a alimentação saudável (DISTRITO FEDERAL,2013).

Outro ponto importante nessa Lei é o Artigo 5º, onde fica estipulado que a cantina deverá oferecer diariamente pelo menos uma fruta da estação in natura ou na forma de suco. Apesar de o decreto que a regulamenta estar ainda em análise pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, as escolas já devem realizar adaptações em suas cantinas para se adequar à lei em vigor (DISTRITO FEDERAL, 2013).

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Avaliar o perfil de cantinas e a percepção da comunidade escolar quanto à Lei nº 5.146, de promoção de alimentação saudável, em escolas da rede pública e particular de ensino de Brasília – DF.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Avaliar os produtos comercializados pelas cantinas escolares;
- Comparar a diferença de preço entre os produtos saudáveis e não saudáveis comercializados nas cantinas escolares;
- Avaliar as preferências de alimentos segundo os escolares;
- Avaliar a percepção dos escolares sobre a implementação da Lei nº 5.146;
- Avaliar a percepção dos donos de cantinas sobre a implementação da Lei nº 5.146.

3. METODOLOGIA

3.1. Delineamento do Estudo

Foi realizado um estudo transversal, desenvolvido em escolas públicas e particulares da Região Administrativa de Brazlândia, Distrito Federal. Foram realizadas análises em três elementos: cantinas, donos das cantinas e escolares de 9º ano.

3.2. Amostra do Estudo

Mediante contato realizado com a Regional de Ensino de Brazlândia-DF, verificou-se que haviam na região uma escola pública e duas privadas que possuíam cantina e turmas de 9º ano. Uma das escolas particulares se recusou a participar deste estudo. Dessa forma, o universo amostral foi constituído por 215 alunos na escola pública e 74 na particular. Todos os alunos de ambas as escolas, bem como os donos das duas cantinas, foram convidados a participar do estudo.

3.3. Coleta de Dados

Para a realização da pesquisa, foi obtida autorização prévia da direção e da coordenação pedagógica da escola.

Os dados foram coletados no mês de Novembro de 2014, sendo todas as visitas agendadas com antecedência com os diretores responsáveis das escolas participantes.

Em um primeiro momento, as cantinas foram visitadas para aplicação de um *checklist* onde foram avaliados os alimentos que são comercializados no estabelecimento, se possui propaganda e qual o preço de venda da porção individual do produto. Os itens da listagem foram selecionados a partir da publicação do Ministério da Saúde, o *Manual das Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo a alimentação saudável*(MS, 2010) (APÊNDICE 1).

Em um segundo momento, os dados foram coletados através de questionários com os responsáveis das cantinas, com perguntas abertas e fechadas. Constavam perguntas sobre: o horário e o tempo de funcionamento; se a escola interfere na escolha dos alimentos que são vendidos; a percepção do dono em relação aos alimentos comercializados, com 4 opções de resposta, que variaram de “muito saudável” à “nada saudável”; se já fez alguma mudança para se adaptar à Lei 5.146, com opções de resposta: “Sim já fiz”(onde o entrevistado será questionado sobre qual a mudança

realizada) ,“Não fiz, mas pretendo fazer” e “Não pretendo me adaptar à nova Lei”; e uma pergunta aberta que teve por objetivo analisar as principais limitações para a venda de produtos mais saudáveis na cantina na opinião dos entrevistados.

Também foram realizadas outras perguntas quanto à percepção do dono da cantina em relação à Lei nº 5.146: se ele conhecia a Lei (no caso do entrevistado não conhecer, o entrevistador explicou do que se tratava); se na opinião dele a Lei pode interferir no lucro da cantina, onde foram utilizadas 3 opções de resposta: “Sim, irá diminuir o lucro”; “Sim, irá aumentar o lucro” ou “Não interferirá no lucro”; e uma pergunta aberta que tinha por objetivo a compreensão da opinião do dono em relação à Lei. O questionário foi baseado nas pesquisas de Willhelm (2009) e de Porto (2011) (APÊNDICE 2).

Os escolares participaram da pesquisa através de um questionário auto- aplicável composto por perguntas abertas e fechadas. Foram variáveis do estudo: a frequência que o aluno compra alimentos na cantina, tendo como opções de respostas “Não compro na cantina”, “Menos de 1 vez por semana, “ 1 a 3 vezes/semana” ou “ 4 a 5 vezes/semana”; o que costuma comprar na cantina, onde foram listados diversos alimentos e o aluno podia escolher até três opções; identificação de até três alimentos que são vendidos na cantina e que o aluno acredita que não são saudáveis; identificação de até três alimentos da cantina que o aluno considera saudável e de até três alimentos que gostaria que fossem vendidos na cantina; a percepção do aluno em relação aos alimentos comercializados na cantina, onde foram utilizadas escalas que vão de “muito saudável” à “nada saudável”.

Assim como no questionário que foi realizado com o dono da cantina, no questionário dos escolares também foram realizadas perguntas para análise da percepção dos mesmos quanto a Lei nº 5.146: se ele conhece a Lei (no caso do escolar não conhecer, o entrevistador explicou do que se trata); uma pergunta aberta que teve por objetivo a avaliação da percepção do escolar quanto a Lei. Também foram realizadas perguntas fechadas com o objetivo de conhecer a opinião do escolar sobre a Lei : se acha que a Lei é importante, com 3 opções de respostas que vão de “muito importante” à “nada importante”; se acha que a Lei vai auxiliar em uma alimentação mais saudável na escola , com 3 opções de respostas que vão de “ vai me ajudar muito” à “ não vai me ajudar” . E uma última pergunta que teve por objetivo entender se o escolar achava que a cantina de sua escola deveria vender ou não lanches não saudáveis (refrigerante, biscoito recheado, salgadinho, balas e chocolate), com opções de resposta

de “já parou de vender”, “deve parar de vender”, “deve vender só de vez em quando” ou “ não deve parar de vender”. O questionário foi baseado na pesquisa de Willhelm (2009) (APÊNDICE 3).

3.4. Análise de dados

Após o preenchimento dos questionários, os dados foram digitados em planilhas do Microsoft Office Excel ® e posteriormente analisados no software Statistical Package for Social Science-SPSS® versão 20.0. Foi realizada análise descritiva dos dados, com avaliação de médias e proporções.

Foi feita uma análise inicial dos dados qualitativos pelo conteúdo das respostas, onde foram verificados os núcleos de sentido semelhantes. Neste caso, estas foram agrupadas, mantendo-se uma ideia principal similar entre as respostas dos participantes.

3.5. Aspectos Éticos

Foi solicitado o preenchimento de uma carta de autorização (APÊNDICE 4) pelo diretor de cada escola. Os donos das cantinas que responderam os questionários, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No caso dos alunos, os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e Termos de Assentimento foram entregues em sala de aula aos adolescentes, sendo solicitada a leitura e assinatura pelos pais ou responsáveis que autorizassem a participação dos alunos no estudo e a assinatura dos próprios adolescentes, respectivamente. Os Termos se encontram no Apêndice 5.

Ao final do estudo, foi apresentado relatório às escolas participantes, com os achados mais relevantes e foi oferecida cartilha com informações sobre o oferecimento de alimentos que sejam saudáveis e viáveis, tanto em função de seu baixo custo como em termos de praticidade para seu preparo.

O presente estudo foi realizado de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, de 12 de dezembro de 2012 e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília em 10 de Novembro de 2014 (ANEXO1).

4. RESULTADOS

4.1. CHECK-LIST DA CANTINA

O perfil de venda das cantinas foi bem parecido, o que pode ser observado na Tabela 1 que apresenta a caracterização dos alimentos e bebidas comercializados nas escolas, segundo a rede de ensino.

Tabela 1- Caracterização dos alimentos e bebidas comercializados nas escolas, segundo a rede de ensino. Brazlândia-DF, 2014.

Alimentos em Geral	Rede Particular Vende?	Rede Pública Vende?
Amendoim salgado	Não	Não
Barra de cereal	Não	Não
Biscoito Recheado	Não	Não
Bolo	Não	Não
Crepe	Não	Não
Frutas in natura	Não	Não
Frutas passas/desidratadas	Não	Não
Hambúrguer simples	Não	Não
Hambúrguer elaborado	Não	Não
Iogurte	Não	Não
Misto quente	Não	Não
Pipoca de micro-ondas	Não	Não
Pipoca de panela	Não	Não
Pizza	Sim	Não
Salada de fruta sem leite condensado	Não	Não
Salada de fruta com leite condensado	Não	Não
Salgadinho em pacote	Sim	Sim
Salgado folhado	Não	Não
Salgado frito	Sim	Não
Salgado assado	Sim	Sim
Sanduíche natural	Não	Não
Doces		
Amendoim doce	Não	Não
Balinha	Sim	Sim
Casadinho	Não	Não
Chiclete	Não	Sim
Chocolate/Bombons	Sim	Sim
Dindim	Não	Sim
Doce de leite	Não	Sim
Maria Mole	Não	Não
Mousse	Não	Não
Paçoquinha	Não	Sim
Picolé	Não	Não
Pirulito	Sim	Sim
Sorvete	Não	Não
Bebidas		

Achocolatado	Não	Não
Água de coco	Não	Não
Bebida alcoólica	Não	Não
Chá	Não	Não
Refrigerante	Sim	Sim
Suco Natural	Não	Não
Suco Artificial	Não	Sim
Suco de Fruta em polpa	Não	Não
Suco de fruta em caixinha	Sim	Sim
Vitaminas	Não	Não

As diferenças encontradas foram: a oferta de pizza, salgado frito somente na cantina da escola particular e de chiclete, dindin, doce de leite, paçoquinha e suco artificial na cantina da escola pública.

Em relação à propaganda de produtos alimentícios, em ambas as cantinas há a exposição em suas instalações de propagandas de refrigerante. Não foram identificadas propagandas de outros produtos alimentícios. Quanto aos preços encontrados, houve grande semelhança de preços na cantina da escola pública e particular. A Tabela 2 mostra o preço dos alimentos que são comercializados tanto na cantina da rede particular quanto da rede pública.

Tabela 2- Preço dos alimentos e bebidas que apresentaram semelhança entre as redes de ensino. Brazlândia-DF, 2014.

Alimentos em Geral	Preço Rede Particular	Preço Rede Pública
Salgadinho em pacote	R\$ 0,60	R\$ 1,00
Salgado assado	R\$ 2,50	R\$ 1,50
Doces		
Balinha	R\$ 0,05	R\$ 0,10
Chocolate/Bombons	R\$ 1,00	R\$ 0,75
Pirulito	R\$ 0,15	R\$ 0,15
Bebidas		
Refrigerante	A partir de R\$ 2,50	A partir de R\$ 2,50
Suco de fruta em caixinha	R\$ 2,00	R\$ 1,50

4.2. PERCEPÇÃO DOS DONOS DAS CANTINAS:

Perfil das cantinas

Dentre as cantinas, a da escola particular é administrada pela própria escola e da pública é terceirizada. Quanto ao tempo de funcionamento da cantina da escola particular e da pública é de 1 a 5 anos e mais que 5 anos respectivamente.

Com relação ao horário de funcionamento das cantinas, a da escola particular funciona no período matutino e vespertino, e a da escola pública, além de funcionar nesses períodos, funciona também no noturno.

Ambos os donos das cantinas relataram que a escola interfere na decisão sobre os alimentos que devem ser ofertados na cantina.

Percepção quanto à Lei

Ambos os participantes relataram conhecer a Lei e sua proposta, dizendo:

“A promoção de uma alimentação saudável.”

“Melhorar a saúde de todos.”

De forma geral, os participantes possuem uma boa visão quanto à Lei:

“Ótima.”

“Sim, é uma lei boa. Mas os alunos já vêm de casa com costumes errados, não tem uma alimentação saudável, então o colégio trabalha com projetos para conscientizar tanto os alunos e a família.”

O dono da cantina da escola particular referiu que essa Lei não interferirá no lucro da cantina, já o da escola pública acha que irá diminuir o lucro.

Percepção quanto aos alimentos e limitações para a venda de alimentos saudáveis

Os donos das cantinas refeririam que de forma geral os alimentos que eles vendem são razoavelmente saudáveis.

Os próprios alunos foram considerados pelos donos de cantinas como a principal barreira para vender alimentos mais saudáveis:

“A preferência dos alunos por alimentos que não são saudáveis.”

“Os próprios alunos.”

Quando questionados quanto às mudanças para se adaptarem a Lei, ambos disseram que já haviam realizado:

“ Sim, deixei de vender frituras e passei a vender salada de frutas e mais sucos.”

“ Sim, passei a ofertar alimentos assados, salada de fruta e suco natural.”

4.3. PERCEPÇÃO DOS ALUNOS

Perfil dos alunos

Foram entrevistados 35 adolescentes, com uma distribuição heterogênea quanto ao sexo na amostra, incluindo 74,3% dos participantes do sexo feminino. A idade variou de 13 a 17 anos, com idade média de 14,9 anos ($\pm 0,77$). A maioria dos participantes eram alunos da escola da rede pública de ensino (77,1%).

Compra de alimentos na cantina

Em relação à frequência com que os alunos comprem alimentos na cantina, a maioria (42,9%) relatou não comprar na cantina da escola. Por outro lado, os que relataram a frequência de compra de menos de uma vez por semana foram apenas 17,1%, 25,7% referiram a frequência de uma a três vezes por semana e 14,3% a de quatro a cinco vezes por semana.

Os alunos que não comprem na cantina indicaram razões que podem ser divididas em quatro blocos, sendo que existiam respostas que cabiam em mais de um bloco o que nos leva a um total diferente de 100% %:

1. Consideram os alimentos não saudáveis:

Dos que não comprem na cantina, a maioria (53,3%) considerou que os alimentos comercializados na cantina não são saudáveis, dizendo:

“São bem caros e pouco saudáveis.”

“Porque nem sempre o lanche é saudável.”

“Pois a comida não é saudável.”

“Porque eu prefiro ficar sem comer gordura (é melhor pra saúde) e também porque é caro”.

“Porque na cantina só vende comida que não faz bem.”

“Por que atualmente não tem nada saudável.”

2. Consideram os alimentos caros:

Dos que não comprem na cantina, em média, um terço referiu não comprar na cantina por considerar os alimentos caros:

“Preços caros e fila grande.”

“São bem caros e pouco saudáveis.”

“Porque eu prefiro ficar sem comer gordura (é melhor pra saúde) e também porque é caro.”

“Não gosto de gastar dinheiro.”

3. Não gostam dos alimentos da cantina:

Alguns alunos (26,6%) alunos relataram não gostar dos alimentos que são comercializados na cantina da sua escola:

“Não gosto dos lanches que eles vendem.”

“Porque eu não gosto dos alimentos da cantina.”

“Não tenho muitos motivos, mas acho que é por que nunca gostei mesmo.”

“Não gosto.”

4. Outros motivos:

Apenas 13,3% dos alunos, relataram motivos diferentes dos outros blocos:

“Porque eu tomo café da manhã em casa.”

“Na escola já tem comida (oferecida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE), não é das boas mas tem.”

Para os alunos que comprem alimentos na cantina, foi perguntado quais alimentos são comprados. O alimento mais comprado na cantina são os doces (pirulito, balinha e chiclete), representando 70% das compras, seguido pelo refrigerante (50%), enroladinho (45%), suco de caixinha (40%), chocolate (50%), pizza (13%), suco de polpa (12,5%) e sanduíche (4,3%). O total é diferente de 100% uma vez que poderiam ser marcadas até três opções de alimentos consumidos.

Avaliação dos alunos sobre alimentos saudáveis e não saudáveis vendidos nas cantinas

Os alunos foram questionados sobre quais alimentos que são vendidos na cantina que eles acham que não são saudáveis, eles apontaram os salgados em geral como alimento menos saudável, representando 77,1% seguido do refrigerante (48,6%), doces e balas (20,3%), suco de fruta em caixinha (11,4%), salgadinho em pacote (8,6%) e chocolate (8,5%). Alguns alunos (14,3%) consideraram que todos os alimentos vendidos na cantina não são saudáveis.

Quanto aos alimentos que os alunos consideram saudáveis, a maioria (42,9%) dos alunos considerou que a salada de frutas é o alimento mais saudável da cantina,

seguido pelos sucos (17,1%) e salgados assados (8,6%). Grande parte dos alunos (40%) considerou que nenhum dos alimentos comercializados na cantina são saudáveis.

O total dessas questões é diferente de 100% uma vez que poderiam ser citadas até três opções de alimentos.

De forma geral os alunos consideraram os alimentos que são vendidos na cantina como pouco (37,1%) e nada (37,1%) saudáveis. Cerca de 20% dos alunos consideram os alimentos que são vendidos na cantina como razoavelmente saudáveis e os outros 5,8% consideraram os alimentos muito saudáveis.

Alimentos que os alunos gostariam que a cantina vendesse

Em relação ao que os alunos gostariam que fosse vendido na cantina, o sanduíche natural (42,9%) é o alimento que apareceu em maior frequência nas respostas, seguido pelo suco natural (42,8%), salada de frutas (20%), açaí (15%), sorvete/dindin/picolé (14,3%), frutas in natura (11,4%), barra de cereal (2,9%), iogurte (2,8%) e barra de cereal (2,8%).

Uma resposta de um dos participantes chamou a atenção pelo nível de conhecimento do que seria uma alimentação saudável, quando questionado sobre o que gostaria que fosse vendido na cantina de sua escola, foi obtida a seguinte resposta:

“Suco natural, sanduiche vegetariano e doces nutritivos que contenham baixo teor de açúcar.”

O total dessas questões é diferente de 100% uma vez que poderiam ser citadas até três opções de alimentos.

Alunos que trazem lanche de casa

A grande maioria (65,7%) dos alunos não trazem lanche de casa e 17,1% relataram trazer lanche de casa de uma a três vezes por semana. Os outros 17,% relataram as seguintes respostas: 8,6% referiram trazer lanche de casa menos de uma vez por semana e os outros 8,6% de quatro a cinco vezes por semana.

Percepção quanto à Lei

Quando indagados sobre o conhecimento da Lei, a maioria (57,1%) relatou desconhece-la.

Ao lerem do que se trata a Lei, os alunos foram convidados a relatar a opinião sobre a Lei. Grande parte (74,3%) dos alunos relataram que concordam com a proposta da mesma, com as seguintes avaliações:

“Muito boa para a alimentação dos alunos.”

“Muito importante, pois reduz o índice de obesos.”

“Acho que é muito boa, pois ajuda na reeducação alimentar.”

“Certa. Ajuda a pessoa a não comer tanta besteira e ter uma alimentação balanceada.”

“Essa lei é importante porque está havendo altas taxas de obesidade infantil.”

“Importante, pois é uma forma de melhorar a nossa alimentação.”

“Importante para a saúde dos alunos e um incentivo para uma alimentação mais saudável nas escolas.”

“Boa, pois irá ajudar a termos uma vida mais saudável.”

“Eu acho essa lei legal, pois vai ajudar as crianças a não ficarem obesas e com uma boa saúde.”

“Essa lei é importante para a nossa saúde e favorece o bem estar.”

“E uma ótima lei porque evita que o aluno coma besteiras.”

“Para mim essa lei é de grande importância pois vai ajudar na nossa alimentação e na nossa saúde.”

“Boa, pois em uma escola é importante ter uma boa alimentação.”

Cerca de 20% dos alunos relataram discordar da proposta da lei. Um dos motivos para a discordância com a Lei discordarem é que segundo os alunos, eles sabem o que é saudável, então a Lei não seria necessária para mudar a visão deles:

“Desnecessário, pois se tivesse lanches saudáveis, cada um, ou seja, cada aluno, deveria tomar consciência do que come, afinal, todos sabem o que é saudável, só não temos opções para comprar lanches saudáveis na escola.”

Outros alunos pensam que não é necessário a proibição de venda dos alimentos:

“Eu acho que deveria vender todos esses lanches que a lei proíbe de vende.”

“Eu acho que nós não aceitamos muito bem isso, a gente ama doces e se proibir vai ficar chato.”

“Na verdade acho que essa lei é desnecessária.”

“Para mim é desnecessário porque pode muito bem um aluno comprar esses alimentos fora da escola e levar para a escola pra lanchar.”

“Acho desnecessário. Pois tem que continuar vendendo balas e chocolates.”

Os outros 5,7% mostraram imparcialidade:

“Acho que não precisa ter, porém por um lado seria bom devido a grande quantidade de crianças obesas.”

“É uma lei muito boa, mas na minha opinião não deve parar totalmente as balas, o chocolate e o refrigerante, mas apenas diminuir.”

“Bom em tese ela vai favorecer e ajudar na saúde, mas em partes as pessoas já se acostumaram com esse mundo de besteiras e será uma tarefa difícil para que se possam vender algo e se acostumarem.”

De modo geral, os alunos consideram essa Lei muito importante (65,7%). Os outros 31,4% consideram razoavelmente importante e uma pequena parcela (2,9%) consideram essa Lei nada importante.

Quando questionados se a Lei irá ajuda-los a ter uma alimentação saudável, a maioria (65,7%) dos alunos acredita que essa Lei vai ajudá-los muito. Observou que 22,9% dos alunos acredita que essa Lei vai ajudar um pouco a ter uma alimentação saudável e os outros 11,4% acredita que essa Lei não vai ajudar.

Ao serem indagados se a cantina já se adaptou a nova Lei parando de vender biscoito recheado, refrigerante, salgadinho, balas e chocolate, nenhum aluno respondeu que a cantina já parou de vender. Verificou-se que 34,3% dos alunos acham que a cantina deve vender esses alimentos só de vez em quando e outros 34,3% acreditam que não se deve parar de comercializar esses alimentos. Outros 31,4% acreditam que a cantina deve parar de vender esses alimentos.

5. DISCUSSÃO

5.1. CHECK-LIST DA CANTINA:

Devido ao seu acesso universal, a escola é um ambiente facilitador para o combate a problemas de saúde, o que inclui os problemas relacionados a nutrição. E essa importância foi destacada nos esforços globais de combate aos problemas contemporâneos de saúde pública (WHO, 2007).

Como a escola é um ambiente facilitador para ações de promoção de uma alimentação saudável, nada mais coerente do que a cantina ofertar alimentos saudáveis. Segundo os "Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas" os alimentos que são considerados não saudáveis são: balas; pirulitos; gomas de mascar; biscoitos, principalmente os recheados; refrigerantes; sucos artificiais ou adoçados; frituras como rissoles, pastéis e coxinhas; maionese; salgados com salsichas e presuntos/apresuntados; salgadinhos de pacote; pipocas industrializadas e outros com o perfil acima descrito (BRASIL, 2006).

A Lei nº 5146 reforça o que foi considerado pelo Ministério da Saúde, ao proibir a comercialização desses produtos, além de ser obrigatória a oferta de pelo menos uma variedade de fruta para o consumo dos alunos (DISTRITO FEDERAL, 2013).

Nenhuma das cantinas analisadas está em conformidade com a Lei. Embora na cantina da escola pública tenha a ausência de salgados fritos, os alimentos saudáveis como as frutas não são comercializadas, quando estas deveriam ser oferecidas de acordo com o exposto na lei. Além disso, os alimentos considerados não saudáveis são vendidos no estabelecimento. O mesmo foi observado na cantina da escola particular.

A alta prevalência da oferta de alimentos industrializados foi encontrada nas duas cantinas analisadas, o que é fato bastante preocupante. Alguns estudos revelaram que os alimentos de baixo valor nutricional que são oferecidos nas cantinas são, em muitas vezes, os preferidos pelos escolares, que acabam escolhendo tais alimentos em detrimento dos alimentos saudáveis, o que pode contribuir para o consumo em excesso de gordura saturada e levar ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (MANNINO, et al. 2004; OCHSENHOFER et al.,2006; STORY et al.,2006).

Um fato importante que deve ser levado em consideração é a grande oferta de itens considerados de baixo valor nutricional pelas cantinas (salgadinho em pacote,

doces em geral, bebidas artificiais e salgados em geral) quando comparado com a oferta de produtos saudáveis (como frutas, barra de cereal, sanduiche e sucos naturais). No estudo realizado em cantinas no Estado de Santa Catarina, foi encontrada alta prevalência de itens que são prejudiciais à saúde, tais como suco artificial (60,7%), cachorro-quente (53,6%) e biscoitos doces (44,6%) (GABRIEL et al.,2010).

Consumo elevado de alimentos industrializados pode acarretar em uma substituição de uma alimentação saudável por esses produtos, além do que grande parte destes produtos contribui consideravelmente para um aumento na quantidade de energia e gordura na refeição, já que esses alimentos possuem alto teor de lipídeos e açúcares (AQUINO & PHILIPPI, 2002). Existe uma relação entre a excessiva comercialização de alimentos ricos em energia e gordura nas escolas, com um aumento na prevalência de obesidade dessa população (TRICHES & GIUGLIANI 2005).

A Lei nº 5.146 decreta que a cantina escolar deve fornecer diariamente, pelo menos uma variedade de fruta da estação, o que não foi observado nas cantinas analisadas. As frutas são fontes importantíssimas de compostos antioxidantes, que são substâncias capazes de combater danos oxidativos no organismo. Esses danos têm sido relacionados com a ocorrência de doenças crônicas não-transmissíveis, entre elas cardiopatias, aterosclerose, problemas pulmonares e câncer. Assim, é fundamental o consumo diário desses grupos alimentares como parte integrante de uma alimentação saudável (BIANCHI & ANTUNES, 1999).

A POF 2002-2003 demonstrou que as frutas, verduras e legumes correspondem a 2,3% das calorias totais da dieta da população brasileira, o que representa apenas um terço das recomendações para o consumo desses alimentos (que são de 6-7% das calorias totais da dieta) (BRASIL, 2004).

Sá et al. (2009) analisaram os tipos de lanches que são ofertados por cantinas de escolas públicas e privadas de Uberlândia-MG, com o objetivo de avaliar a qualidade nutricional dos alimentos de acordo com o Guia Alimentar Brasileiro. Verificou-se que 100% das escolas públicas apresentavam alimentos não saudáveis sendo que os mais encontrados foram: doces em geral, chocolates, sorvete, picolé, salgadinho industrializados, refrigerante e biscoitos recheados. Por outro lado, os alimentos considerados saudáveis (sucos e sanduiches naturais, bebidas lácteas, barra de cereal, e frutas) estavam apenas em 30% dos estabelecimentos avaliados.

Existem diversos alimentos saudáveis que podem ser comercializados na cantina, tais como: sanduíche natural sem maionese, frutas in natura, salada de frutas,

sucos naturais, dentre outros. Alguns documentos, como a Lei 14.855, do Estado do Paraná e a Portaria Conjunta da Região Metropolitana da Grande São Paulo do ano de 2005, trazem uma listagem com alimentos que podem ser oferecidos como opções de lanches saudáveis (BRASIL, 2005; PARANÁ, 2005).

Vale ressaltar que a comercialização de alimentos nas cantinas das escolas públicas interfere no consumo das refeições fornecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Na pesquisa de Sturion et al. (2005), ficou evidenciado que as cantinas escolares (privadas) são inversamente associadas à adesão ao PNAE.

Em relação à propaganda de produtos alimentícios, em ambas as cantinas há a exposição em suas instalações de propagandas somente de refrigerante. O marketing afeta a escolha e influencia hábitos alimentares, propagandas de alimentos e bebidas de elevada densidade energética e pobres em micronutrientes, pode ser um dos fatores que contribuem para a obesidade, pois exercem uma influência negativa no padrão de consumo alimentar de crianças (RODRIGUES et al., 2011).

Em seu estudo Probart et al. (2006), sugeriram que o incentivo à compra de refrigerantes por meio de propagandas, é um fator que pode interferir de forma negativa no desenvolvimento de ambientes escolares saudáveis, já que as propagandas foram relacionadas a maior compra de refrigerante principalmente no horário do almoço dos alunos.

Ao analisarmos os preços de venda dos alimentos, percebe-se que o alimento mais caro que é vendido na cantina é o refrigerante, e apesar disso é mais comprado pelos alunos. Isso sugere que o preço dos alimentos não exerce grande influência na escolha alimentar dos alunos.

Em um estudo realizado com adolescente em Manaus por Doyle & Fedmam (1997), percebeu que os alunos preferiam comprar alimentos de baixa qualidade nutricional que possuíam custo elevado do que comprar um lanche mais saudável e com preço mais baixo. Os autores perceberam que tal comportamento era associado à influência que a família e a mídia exercem sobre essa faixa etária.

5.2.PERCEPÇÃO DOS DONOS DAS CANTINAS:

As cantinas são estabelecimentos encontrados comumente nas escolas. No estado de São Paulo, por exemplo, cerca de 1670 escolas estaduais contam com esse

serviço (DANELON et al., 2006). Em uma amostra de 578 adolescentes que eram matriculados na rede pública de Piracicaba-SP, foi encontrado que 69,4% desses alunos costumavam comprar alimentos nas cantinas (CAROBA, 2002).

Verifica-se que ambos os donos das cantinas relataram que a escola interfere na decisão sobre os alimentos que podem ou não ser comercializados. Isso fortalece a ideia de que a escola deve atuar no controle dos lanches servidos a fim de promover uma alimentação saudável entre os alunos, além do que é de grande importância ações conjuntas entre a escola e cantina. O envolvimento do diretor da escola no controle da oferta dos alimentos e no próprio desenvolvimento de ações de promoção de alimentação saudável representa um fator decisivo para a melhoria do perfil nutricional dos alunos (PORTO, 2011).

Ambos participantes conheciam a existência da Lei nº 5.146, e sabiam o que ela propõe e de forma geral. Ao analisar o cumprimento da Lei nº 12.061 de Santa Catarina nos municípios de Blumenau e Itajaí, Bramorski et al. (2008) concluíram que dos 90% dos proprietários das cantinas que relataram conhecer a legislação, apenas 51% aplicavam a Lei.

Os participantes possuem uma boa visão quanto à Lei. Um aspecto de grande importância que foi percebido na fala de um dos donos das cantinas foi de que “... *os alunos já vêm de casa com costumes errados, não tem uma alimentação saudável, então o colégio trabalha com projetos para conscientizar tantos os alunos e a família.*”. Essa escola reconhece a importância da integração entre a escola, alunos e pais, sabemos também que a família deve se conscientizar sobre a importância da adoção de hábitos alimentares saudáveis e que a escola é o lugar onde deve ser dada continuidade na formação desses hábitos.

Quando questionados sobre interferência da Lei no lucro da cantina, o dono da cantina da escola pública acredita que irá diminuir o lucro. A escolha alimentar é um processo que é influenciado por fatores biológicos, sociais, culturais e principalmente econômicos. Os fatores econômicos parecem exercer uma influência decisiva na ingestão de frutas e hortaliças (CLARO & MONTEIRO, 2010). Em um estudo realizado com adultos franceses realizado no ano de 1988-1989, indicou que as dietas ricas em gorduras e doces são mais baratas do que se comparadas com as dietas saudáveis (com presença de frutas e hortaliças) (DREWNOWSKI et al., 2004).

É de grande importância que haja uma abordagem do problema de padrões não saudáveis de alimentação através de políticas públicas de caráter econômico. Uma

opção seria reduzir o preço de alimentos saudáveis em relação aos preços de alimentos não saudáveis. Jacobson & Brownell (2000), propõem que os governos estaduais e locais passem a cobrar impostos maiores sobre os alimentos de baixo valor nutricional e utilizar o dinheiro através desses impostos para financiar programas de promoção da saúde.

Todos os donos das cantinas classificaram os alimentos ofertados pelo estabelecimento como razoavelmente saudáveis, mesmo quando o que comercializam são alimentos pobres em nutrientes. E na opinião dos donos, a principal limitação para vender alimentos saudáveis na cantina são os próprios alunos.

Percebe-se que é de grande necessidade que haja capacitação e conscientização dos envolvidos na cantina, para que esta Lei possa realmente se tornar uma aliada no processo de promoção da alimentação saudável na escola.

O projeto “A Escola Promovendo Hábitos Alimentares Saudáveis”, da Universidade de Brasília (UNB), realiza capacitações para proprietários de cantinas escolares com o objetivo de promover hábitos alimentares saudáveis na comunidade escolar. Dentre os resultados da avaliação da implantação da cantina saudável, os autores observaram uma atuação mais positiva do proprietário apenas em aspectos relacionados diretamente com a cantina, como a promoção e o barateamento dos lanches saudáveis, o que indica que o dono da cantina necessita de apoio externo para a implantação da proposta (SCHMITZ et al., 2008).

Quando questionados se quanto às mudanças para se adaptarem a Lei, ambos disseram que já haviam realizado, e que passaram a vender salada de frutas e suco natural, o que não foi observado no dia da realização do check-list.

Segundo o Ministério da Saúde, para uma alimentação ser considerada saudável ela deve ser acessível, valorizar as preparações culturais, naturalmente coloridas, seguras sanitariamente, variada e harmoniosa, sem a ingestão exagerada de alimentos com densidade energética elevada e/ou excesso de sódio, de açúcares e gordura (principalmente a trans e saturada) (BRASIL, 2006). Sendo assim uma alimentação saudável não se baseia somente na oferta de salada de frutas e/ou de sucos naturais.

Cabe ressaltar que a legislação por si só não garante que o objetivo de que as escolas se tornem ambientes promotores de saúde seja alcançado. É necessário que haja um envolvimento da comunidade escolar, o que inclui pais, alunos, professores e os donos das cantinas.

Outro ponto que é de grande importância é a inclusão de nutricionistas nas escolas, o que favorece a eficácia da Lei, já que é o profissional da saúde que incentiva e implementa ações promotoras de uma alimentação saudável. Sá et al. (2009) analisaram a qualidade nutricional de lanches que eram comercializados em cantinas de escolas da rede pública e privada de Uberlândia-MG e verificaram uma associação positiva entre a presença de nutricionista e a oferta de uma alimentação saudável, já que na avaliação de 17 escolas apenas 1 ofertavam alimentos pouco saudáveis.

Além do que é necessária uma fiscalização rigorosa nas cantinas, o que em conjunto com ações educativas melhorariam os hábitos alimentares não somente dos alunos, mas também dos envolvidos no ambiente escolar.

Uma das diretrizes da PNAN se direciona à promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis. Destaca-se a importância do comprometimento de entidades técnico-científicas, de estabelecimentos de ensino, dos veículos de comunicação e de entidades da sociedade civil no desenvolvimento de ações direcionadas à adoção de práticas alimentares saudáveis. Além do que deve ser dada ênfase à socialização do conhecimento sobre os alimentos e o processo de alimentação, bem como acerca da prevenção dos problemas nutricionais, desde a desnutrição até a obesidade (BRASIL, 2012).

5.3. PERCEPÇÃO DOS ALUNOS:

Como já foi destacado na descrição dos resultados, participaram da pesquisa 35 alunos, com um número maior de alunos do sexo feminino (74,3%) do que do sexo masculino (25,7%). Nuzzo (1998), ao avaliar o estado nutricional de 200 adolescentes de 10 a 18 anos em uma instituição particular de ensino, obteve uma participação de 65% de respondentes do sexo feminino, o que demonstra que as meninas possuem maior interesse no assunto alimentação e nutrição do que os meninos.

Pelas respostas que o número de alunos que compram na cantina é alto, 57,1% dos alunos compram na cantina da escola. Resultados semelhantes foram encontrados no estudo de Zancul (2003), que ao avaliar o consumo alimentar de adolescentes matriculados, em uma escola municipal de Ribeirão Preto-SP encontrou que 75% dos adolescentes costumavam comprar na cantina.

Os três alimentos mais comprados pelos adolescentes são os doces, refrigerante e enroladinho. Quaioti (2002), em seu estudo realizado com 239 escolares com idades de 8-13 anos, em escolas da rede particular de ensino de Bauru-SP, constatou que os alunos possuem grande preferência por salgados, refrigerantes e salgadinhos (tipo *chips*).

Santos et. al (2011), observaram o comportamento alimentar de 14 adolescentes e identificaram que na escola, 64% compram na cantina e que os alimentos mais comprados foram salgados, refrigerantes, salgadinhos *chips*, bolacha recheada e balas.

Dos que relataram não comprar na cantina da escola, a maioria (53,3%) dos alunos considerou que os alimentos comercializados não são saudáveis. Dentre os alimentos que os alunos gostariam que fosse vendido na cantina, se encontra o sanduiche natural, suco natural, salada de frutas e frutas in natura.

Percebe-se que os alunos possuiu uma visão correta do que é uma alimentação saudável, e isso se deve dentro outros motivos à divulgação das informações de alimentação e nutrição na mídia. Normalmente, tanto jovens quanto adultos possuem uma noção do que são alimentos saudáveis ou não, e normalmente quando se fala de uma alimentação saudável as pessoas logo associam o consumo de frutas e hortaliças (MARGETTS et al.,1997; GELLAR et al.,2007). Diversos estudos demonstram que o acesso facilitado a alimentos de baixo valor nutricional nas escolas são uma das barreiras para a adoção de uma alimentação saudável (BAUER et al.,2004;MONGE-ROJAS,2005; GELLAR et al.,2007).

Percebe-se que os alunos consomem os alimentos que eles mesmos julgam como não saudáveis. Como alimento não saudável, o salgado aparece como o mais citado, seguido pelo refrigerante e doces em geral e, no entanto, são bastante consumidos pelos alunos.

Um consumo elevado de alimentos industrializados pode acarretar em uma substituição de uma alimentação saudável por esses produtos, além do que contribuem consideravelmente para um aumento na quantidade de energia e gordura na refeição, já que esses alimentos possuem alto teor de lipídeos e açúcares (AQUINO & PHILIPPI, 2002).

Quanto aos alimentos que os alunos consideram saudáveis, os alunos consideraram a salada de fruta como o mais saudável, entretanto no dia de realização do check-list não foi verificada a comercialização de tal produto. Uma parcela dos alunos (17,1%) considera o suco como alimento saudável, entretanto os sucos que são vendidos

nas cantinas não são sucos naturais da fruta. Suco ou sumo é definido como: "a bebida não fermentada, não concentrada e não diluída, destinada ao consumo, obtida da fruta sã e madura, ou parte do vegetal de origem, por processo tecnológico adequado, submetida a tratamento que assegure a sua apresentação e conservação até o consumo". Se contiver açúcar, a quantidade máxima permitida é de 10 % da composição e no rótulo deve haver a frase "suco de fruta adoçado". Corantes e conservantes não podem ser adicionados ao suco (BRASIL, 1994; BRASIL,1997).

A grande (65,7%) dos alunos não trazem lanche de casa. Matuk et al. (2011) em seu estudo realizado em regiões distintas de São Paulo com observação de lancheira de 457 alunos durante três dias não consecutivos, obteve como resultado que apenas 53% dos alunos trouxeram lanches de casa nos três dias de observação, e apenas 10% trouxeram em um dia de observação.

Muitas vezes o lanche trazido de casa pelas crianças inclui alimentos que não podem ser comercializados na escola, isso foi percebido em uma opinião de um dos participantes *"... um aluno comprar esses alimentos fora da escola e levar para a escola pra lanchar."* Em um estudo realizado na cidade de Araraquara (São Paulo) com 52 crianças, trouxeram como resultado os tipos de lanches encontrados nas lancheiras das crianças observaram os tipos de lanches encontrados em lancheiras infantis. Os resultados demonstraram haver alto consumo de biscoito recheado (33,4%), seguido por refrigerante (17,5%), chocolate (6,9%) e salgadinhos (5,8%). Além disso, 85% das crianças possuíam 5 ou mais itens em suas lancheiras para serem consumidas em um único lanche (CAMPOS & ZUANON ,2004). Sendo assim, um dos passos para que a Lei dê certo é a conscientização de pais e alunos.

Percebe-se que a Lei ainda não foi bastante divulgada, e isso pode ser percebido pela grande quantidade de alunos que não conheciam (57,1%). Entretanto, os alunos possuem uma boa aceitação e de maneira geral a consideram muito importante e, acreditam que essa Lei favoreceria a adoção de uma alimentação saudável.

Apesar de possuírem uma boa ideia dos alimentos que são saudáveis ou não, e saberem dos benefícios da Lei para sua saúde, os alunos acreditam que a cantina não deve para de comercializar esses alimentos (34,3%) ou vender só de vez e quando (34,3%). Esse comportamento é comum, já que muitas das vezes os adolescentes possuem conhecimentos corretos e adequados sobre os hábitos saudáveis, mas não colocam em prática, já que é comum a associação de atividades prazerosas com

alimentos pouco nutritivos e uma associação “desinteressante” com os alimentos saudáveis (VITOLLO, 2003).

Um dos fatores que influenciam tais atitudes é a mídia. Os meios de comunicação através de propagandas atrativas incentivam o consumo de alimentos industrializados. Com base nisso, destaca-se novamente, o papel da escola na formação e desenvolvimento do pensamento crítico nos alunos, para que eles saibam discernir aquilo que é verdade do que é mentira (OCHSENHOFER et al. ,2006).

Também é importante destacar que o comportamento alimentar tem suas bases fixadas na infância. As atitudes da família servem de exemplo, e a frequência com que os pais demonstram hábitos alimentares saudáveis pode estar associada à ingestão alimentar e ter implicações a longo prazo sobre o desenvolvimento do comportamento alimentar dos filhos (TIBBS et al.,2001).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação da situação das cantinas indicou que estas ainda oferecem alimentos que são proibidos de comercializar segundo a Lei, entretanto os seus proprietários referem já ter realizados modificações para se adequar à Lei. Percebeu-se também que nas cantinas das escolas, não existem opções de alimentos saudáveis para os alunos.

Identificou-se que os alunos apresentam conceito aparentemente adequado de alimentação saudável e reconhece que os produtos vendidos na cantina não são saudáveis, porém consomem alimentos de baixo valor nutricional na escola.

De maneira geral, os alunos e os donos das cantinas possuem uma visão positiva com relação à Lei, e acreditam que ela é importante. Outro ponto identificado foi que ainda são necessárias ações para transformar o ambiente escolar em promotor de uma alimentação saudável.

Com base no exposto, a escola se torna um ambiente propício para o desenvolvimento de ações educativas que visem à adoção de uma alimentação saudável, já que é nessa fase que os hábitos são consolidados, além do que as crianças e adolescente são os agentes de mudança na família.

Então, além da adequação dos alimentos comercializados nas cantinas, é necessária a orientação dos professores para que compreendam a importância de uma alimentação saudável. Para que o professor atue na formação dos hábitos alimentares saudáveis, é necessário que ele seja submetido ao um curso de formação.

A partir das respostas dadas pelos donos das cantinas, percebe-se que embora localizadas dentro das escolas, as cantinas não possuem compromisso com a educação alimentar e nutricional dos alunos ou oferta de alimentos saudáveis.

Diante do aumento na prevalência de sobrepeso e de obesidade durante a infância, é de grande importância à implantação da Lei nº 5.146. É de grande importância que além da existência da Lei, exista a ação conjunta entre pais, professores, profissionais de saúde e os proprietários das cantinas.

Além disso, a fiscalização das cantinas escolares é necessária, e deve estar associada a ações educativas direcionadas aos responsáveis pelas cantinas, que devem ser capacitados de modo a que passe a contribuir para o funcionamento da Lei.

É importante considerar que as cantinas escolares são locais com grande potencial para realização de educação nutricional, mas a realidade é diferente, sendo

utilizada somente como estabelecimentos comerciais que não exerce função educativa dentro das escolas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amorim NFA, Schmit BAS, Rodrigues MLCF, Recine EGI, Gabriel CG. Implantação da cantina escolar saudável em escolas do Distrito Federal, Brasil. Rev. Nutr. 2012 Apr ; 25(2): 203-217.

Aquino RC, Philippi ST. Consumo infantil de alimentos industrializados e renda familiar na cidade de São Paulo. Rev. Saúde Pública. 2002; 36 (6): 655-60.

Barreto SM, Pinheiro ARO, Sichieri R, Monteiro CA, Batista Filho M, Schmidt MI et al. Análise da Estratégia Global para Alimentação, Atividade Física e Saúde, da Organização Mundial da Saúde. Epidemiologia e Serviços de Saúde 2005; 14:41-68

Bauer KW, Yang YW, Austin SB. How can we stay healthy when you're throwing all of this in front of us? Health Educ Behav 2004; 31:34-46.

Bianchi MLP, Antunes LMG. Radicais livres e os principais antioxidantes da dieta. Rev. Nutr. 1999; 12 (2).

Bizzo MLG & Leder L. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. Rev. Nutr. 2005 Oct ; 18(5): 661-667

Bramorski A, Vasconcellos KS, Mezadri, T, Bona C, Barreta C, Cardoso BL, Martins MC. Cantinas de unidades educacionais da rede particular de municípios catarinenses: segurança alimentar e qualidade nutricional. Revista Higiene Alimentar, 22 (166/167), 2008.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

Brasil. Ministério da Saúde, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Ministério do planejamento, orçamento e gestão. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

Brasil. Ministério da Saúde. Dez passos para a promoção da alimentação saudável nas escolas. Brasília; 2004

Brasil. Normas para funcionamento de cantinas escolares. Portaria Conjunta COGSP/CEI/DSE, de 23 de março de 2005.

Brasil. Ministério da Saúde. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição, Departamento de Atenção Básica, Secretaria de Assistência à Saúde, Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.

Brasil. Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Portaria Interministerial. MS/MEC n. 1010 de 08/05/2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União, 9 maio 2006.

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. [Internet] Lei nº 8.918, de 14 de Julho de 1994. Dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da comissão intersectorial de bebidas e dá outras providências.

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Decreto nº 2.314, de 04 de setembro de 1997. Regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas.

Campos JADB & Zuanon ACC. Merenda escolar e promoção de saúde. Cienc Odontol Bras. 2004; 7 (3): 67-71.

Carmo MB, Toral N, Silva MV, Slater B. Consumo de doces, refrigerantes e bebidas com adição de açúcar entre adolescentes da rede pública de ensino de Piracicaba, São Paulo. *Rev. Bras Epidemiologia* 2006; 9 (1): 121-30.

Caroba DCR. A escola e o *consumo alimentar de adolescentes* matriculados na rede pública de ensino .2002.162f. Dissertação (Mestrado)- Escola Superior de Agricultura “Luis de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba,2002.

Claro Rafael Moreira, Monteiro Carlos Augusto. Renda familiar, preço de alimentos e aquisição domiciliar de frutas e hortaliças no Brasil. *Rev. Saúde Pública* [serial on the Internet]. 2010 Dec [cited 2014 Nov 22] ; 44(6): 1014-1020..

Davanço GM, Taddei JAAC, Gaglianone CP. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores do ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. *Rev. Nutr.* 2004; 17 (2): 177-184.

Distrito Federal. Lei nº 3.695, de 8 de novembro de 2005. Dispõe sobre a promoção da alimentação saudável nas escolas da rede de ensino do Distrito Federal. *Diário Oficial do Distrito Federal*. 25 nov2005 .

Distrito Federal. Lei nº 5.146de 19 de Agosto de 2013. Estabelece diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas da rede de ensino do Distrito Federal. *Diário Oficial do Distrito Federal* . 21 de agosto 2013.

Doyle Eva I., Feldman Robert H. L.. Factors affecting nutrition behavior among middle-class adolescents in urban area of Northern region of Brazil. *Rev. Saúde Pública* . 1997 Aug; 31(4): 342-350.

Drewnowski A, Darmon N, Ferguson E, Briend A. Replacing fats and sweets with vegetable and fruits - a question of cost. *Am J Public Health*. 2004;94(9):1555-9. DOI:10.2105/AJPH.94.9.1555

Eisenstein E, Coelho KSC; Coelho SC; Coelho MASC et al. Nutrição na adolescência. *Jornal de Pediatria*, 2000; 76 (3): 264- 274.

Enes CC, Pegolo GE, Silva MV. Hábitos alimentares de adolescentes residentes em áreas rurais da cidade de Piedade, São Paulo. *Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.= J. Brazilian Soc. Food Nutr.*, São Paulo(SP), 2008 ;33(2) : 99-110.

Ferreira IRC, VosgerauDSR , Moysés SJ, Moyses ST. Diplomas Normativos do Programa Saúde na Escola: análise de conteúdo associada à ferramenta ATLAS TI. *Ciênc. saúde coletiva* . 2012 Dec ; 17(12): 3385-3398.

Gabriel CG, Santos MV, Vasconcelos FAG. Avaliação de um programa para promoção de hábitos alimentares saudáveis em escolares de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*. 2008 Sep ; 8(3): 299-308.

Gabriel Cristine Garcia, Santos Melina Valério dos, Vasconcelos Francisco de Assis Guedes de, Milanez Gladys Helena Gonçalves, Hulse Sanlina Barreto. Cantinas escolares de Florianópolis: existência e produtos comercializados após a instituição da Lei de Regulamentação. *Rev. Nutr.* 2010.

Gellar LA, Schrader K, Nansel TR. Healthy eating practices: perceptions, facilitators, and barriers among youth with diabetes. *Diabetes Educ* 2007; 33:671-9.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). POF 2002- 2003 - Antropometria e análise do estado nutricional de crianças e adolescentes no Brasil. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009. Rio de Janeiro, 2009

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). POF 2008 2009 - Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012. Rio de Janeiro, 2012.

Jacobson MF, Brownell KD. Small taxes on soft drinks and snack foods to promote health. *Am J Public Health*. 2000;90(6):854-7. DOI:10.2105/AJPH.90.6.854

Mannino ML, Lee Y, Mitchell DC, Smiciklas-Wright H, Birch LL. The quality of girls' diets declines and tracks across middle childhood. *Int J Behav Nutr Phys Act*. 2004; 1:1-11. doi: 10.1186/1479-58681-5

Margetts BM, Martinez JA, Saba A, Holm L, Kearney M, Moles A. Definitions of "healthy" eating: a pan-EU survey of consumer attitudes to food, nutrition and health. *Eur J Clin Nutr* 1997; 51 Suppl 2: S23-9.

Matuk Tatiana Tenorio, Stancari Paula Cristina S., Bueno Milena Baptista, Zaccarelli Eliana Menegon. Composição de lancheiras de alunos de escolas particulares de São Paulo. *Rev. paul. pediatr*. 2011 ; 29(2): 157-163.

MS- Ministério da saúde. Manual das Cantinas Escolares Saudáveis: Promovendo a Alimentação Saudável. Brasília, 2010.

Monge-Rojas R, Garita C, Sánchez M, Muñoz L. Barriers and motivators for healthful eating as perceived by rural and urban Costa Rican adolescents. *J Nutr Educ Behav* 2005; 37:33-40.

Nuzzo L. Avaliação do estado nutricional de adolescentes de uma instituição particular de ensino. 1998. 76f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Ochsenhofer K, Quintella LCM, Silva EC, Nascimento APB, Ruga GMN, Philippi ST, Szarfarc SC. O papel da escola na formação da escolha alimentar: merenda escolar ou cantina? *Rev. Nutrire* 2006; 31(1): 1-16.

Paraná. Lei nº 14. 423, de 2 de junho de 2004. Dispõe que os serviços de lanches nas unidades educacionais públicas e privadas que atendam a educação básica, localizadas

no Estado, deverão obedecer a padrões de qualidade nutricional e de vida, indispensáveis à saúde dos alunos. Diário Oficial do Paraná , 03 jun 2004 .

Paraná. Lei nº 14. 885, de 19 de outubro de 2005. Dispõe sobre padrões técnicos de qualidade nutricional, a serem seguidos pelas lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública.

Diário Oficial do Estado, 20 out 2005.

Porto EBS. Perfil das cantinas escolares do Distrito Federal. 2011. 110 p. Dissertação (Mestrado em Nutrição Social)- Universidade de Brasília, Brasília. 2011.

Quaioti TCB. Hábitos e preferências alimentares de crianças e adolescentes do ensino fundamental de escolas particulares : uma análise de fatores ambientais no estudo da obesidade. 2002. 81f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002

Reis D, Matos CH, Henn R. Cumprimento da lei 12.061/2001 (Lei das Cantinas) em escolas públicas de um município do litoral de Santa Catarina. Nutr Pauta 2007; 84: 43-46.

Rodrigues Ana Sofia, Carmo Isabel do, Breda João, Rito Ana Isabel. Associação entre o marketing de produtos alimentares de elevada densidade energética e a obesidade infantil. Rev. Port. Sau. Pub. [periódico na Internet]. 2011; 29(2): 180-187.

Sá Marco Aurélio Ribeiro, Imeida, Ane Cristina Fayão; Silva, Cristiane Moreira; Santos, Dayane Roza Moreira dos. Obesidade infantil X comercialização de alimentos em escolas públicas e privadas. Revista Higiene Alimentar. 23(174/175), 2009.

São Paulo. Portaria Conjunta COGSP/CEI/DSE, de 23 de março de 2005. Normas para funcionamento de cantinas escolares. Diário Oficial do Estado, 24 mar 2005.

Santa Catarina. Lei n. 5853, de 4 de junho de 2001a. Dispõe sobre os critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas, nas unidades educacionais, localizadas no município de Florianópolis. 2001

Santa Catarina. Lei nº 12.061, de 18 de dezembro de 2001b. Dispõe sobre critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais, localizadas no Estado de Santa Catarina. 2001. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. 2001 20 dez; n.16.810.

Santos GVB, Ferriani MGC, Vieira MNCM, Ribeiro RPP. Hábitos e comportamento alimentares e de atividade física de adolescentes obesos participantes de um Programa Multidisciplinar de Assistência em Ribeirão Preto,SP: Congresso brasileiro de Nutrição,16,2001,Salvador. Anais. Salvador: Editora, 2001.

Schmitz BAS, Recine E, Cardoso GT, Silva JRM, Amorim NFA, Bernardon R, Rodrigues MLCF. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. Cad. Saúde Pública 2008; 24:312-22.

Story M, Kaphingst KM, French S. The role of schools in obesity prevention. Spring [Internet]. 2006; 16:109-42.

Sturion G, Silva MV, Ometto AMH, Furtuoso COM, Pipitone MAP. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. Rev. Nutr. 2005; 18:167-81.

Tibbs MAT, Joshu DH, Schechtman KB, Brownson, RC, Nanney MS, Houston C, et al. The relationship between parental modeling, eating patterns, and dietary intake among African-American parents. J Am Diet Assoc 2001; 101: 535-41.

Triches RM, Giugliani ERJ. Obesidade, práticas alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. Rev. Saúde Pública 2005; 39 (4): 541-7.

Vitalle MST, Tomioka CY, Juliano Y, Amancio OMS. Índice de massa corporal, desenvolvimento puberal e sua relação com a menarca. Rev. Assoc. Med. Bras. . 2003 ; 49(4): 429-433.

Vitolo MR. Nutrição da gestação à adolescência. São Paulo: Reichmann & Affonso Editores, 2003.

WHO-World Health Organization. Young people's health- a challenge for society. Report of a WHO Study Group on Young People and "Health for All by the Year 2000". Geneva, WHO, (TechnicalReport Series n. 731), 1986.

Zancul MS. Consumo alimentar nas escolas de ensino fundamental em Ribeirão Preto (SP).2004. 85 p [Dissertação] Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2004.

WHO-World Health Organization. Programmes and projects. Nutrition health topics. Nutrition-Friendly Schools Initiative. 2007.

Willhelm FF. Alimentação saudável na escola: qualidade nutricional e adequação à legislação vigente das cantinas escolares da rede pública estadual de Porto Alegre. 2009. 72 p. [Trabalho de Conclusão de Curso de Nutrição]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul ; 2009.

Zancul MS. Comportamento Alimentar e avaliação antropométrica de escolares. In: Congresso de Pós-Graduação –UFSCar, São Carlos,Analis,set.2003.

8. APÊNDICES

APÊNDICE 1: CHECK- LIST DA CANTINA

1. Data de Aplicação do Questionário: ____/____/____
2. Nome da escola:
3. Escola:
☐ Pública ☐ Privada

Alimentos em Geral	Cantina vende?	Tem propaganda?	Preço
Amendoim salgado			
Barra de cereal			
Biscoito Recheado			
Bolo			
Crepe			
Frutas in natura			
Frutas passas/desidratadas			
Hambúrguer simples (pão e hambúrguer e/ou salada)			
Hambúrguer elaborado (pão, hambúrguer, ovo, salada etc)			
Iogurte			
Misto quente			
Pipoca de micro-ondas			
Pipoca de panela			
Pizza			
Salada de fruta sem leite condensado			
Salada de fruta com leite condensado			
Salgadinho em pacote			
Salgado folhado			
Salgado frito			
Salgado assado			
Sanduíche natural			
Outros:			
Doces			
Amendoim doce			
Balinha			
Casadinho			
Chiclete			
Chocolate/Bombons			
Dindim			
Doce de leite			
Maria Mole			
Mousse			
Paçoquinha			

Picolé			
Pirulito			
Sorvete			
Outros:			
Bebidas			
Achocolatado			
Água de coco			
Bebida alcoólica			
Chá			
Refrigerante			
Suco Natural			
Suco Artificial			
Suco de Fruta em polpa			
Suco de fruta em caixinha			
Vitaminas			
Outros:			

APÊNDICE 2: QUESTIONÁRIO PARA O DONO DA CANTINA

1. Data de Aplicação do Questionário: ____/____/____
2. Nome da Escola:
3. Escola:
☐ Pública ☐ Particular
4. A cantina é:
☐ Terceirizada ☐ Administrada pela escola
5. Há quanto tempo a cantina funciona?
☐ menos de 1 ano ☐ de 1 a 5 anos ☐ mais que 5 anos
6. Horário de Funcionamento
☐ Manhã ☐ Tarde ☐ Noite
7. A escola interfere na decisão sobre quais alimentos devem ser ofertados na cantina?
☐ Sim ☐ Não

Atualmente foi sancionada a Lei nº 5.146, de 19 de Agosto de 2013, que estabelece diretrizes para a promoção de uma alimentação saudável nas escolas do Distrito Federal.

8. O(a) Sr.(a) conhece essa Lei?
☐ Sim. Sabe dizer o que ela propõe? _____

☐ Não (atenção: explicar a Lei)

Segundo essa lei é proibida a venda de refrigerante, biscoito recheado, salgadinho, balas e chocolate nas escolas públicas e privadas. Ainda fica estipulado que a cantina deverá oferecer diariamente pelo menos uma fruta da estação in natura ou na forma de suco.

9. O que o(a) Sr.(a) achadessa Lei?

10. O(a) Sr.(a) acha que essa Lei pode interferir no lucro da cantina?

☐ Sim, irá diminuir o lucro ☐ Sim, irá aumentar o lucro ☐ Não interferirá no lucro

11. De forma geral, como o(a) Sr.(a) considera os alimentos que são vendidos na sua cantina?

☐ Muito saudáveis ☐ Razoavelmente saudáveis ☐ Pouco saudáveis ☐ Nada saudáveis

12. Em sua opinião, quais são as principais limitações para vender mais alimentos saudáveis na cantina?

13. O (a) Sr. (a) já fez mudanças para se adaptar à nova lei?

☐ Sim já fiz. Qual mudança _____

☐ Não fiz, mas pretendo fazer.

☐ Não pretendo me adaptar à nova Lei

APÊNDICE 3: QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS

1. Data de Aplicação do Questionário: ____/____/____
2. Nome da Escola:
3. Escola:
☐ Pública ☐ Particular
4. Sexo:
☐ Feminino ☐ Masculino
5. Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

6. Com que frequência você costuma comprar alimentos na cantina da escola?
☐ Não compro na cantina ☐ Menos de 1 vez por semana
☐ 1 a 3 vezes por semana ☐ 4 a 5 vezes por semana

7. Se na questão anterior você marcou a opção “não compro na cantina”, diga o motivo: _____

8. O que você costuma comprar na cantina? (marque, no máximo, as três opções mais frequentes):
☐ Pizza
☐ Sanduiche
☐ Enroladinho
☐ Pastel
☐ Refrigerante
☐ Suco de caixinha
☐ Suco de Polpa
☐ Pirulito, balinha, chiclete
☐ Chocolate
☐ Sorvete
Outros: _____

9. Qual alimento que é vendido na cantina que você acha que não é saudável (cite até 3): _____

10. Qual alimento que vende na cantina que você acha que é saudável?(cite até 3):

11. Qual alimento que você gostaria fosse vendido na cantina (cite até 3):

12. Com que frequência você traz lanche de casa?

☐ Não trago lanche de casa ☐ Menos de 1 vez por semana

☐ 1 a 3 vezes por semana ☐ 4 a 5 vezes por semana

Atualmente foi sancionada a Lei nº 5.146, de 19 de Agosto de 2013, que estabelece diretrizes para a promoção de uma alimentação saudável nas escolas do Distrito Federal. Segundo essa lei é proibida a venda de refrigerante, biscoito recheado, salgadinho, balas e chocolate nas escolas públicas e privadas. Ainda fica estipulado que a cantina deverá oferecer diariamente pelo menos uma fruta da estação in natura ou na forma de suco.

13. Você já conhecia essa Lei?

☐ Sim ☐ Não

14. O que você acha dessa

Lei?

15. De forma geral, como você considera os alimentos que são vendidos cantina?

☐ Muito saudáveis ☐ Razoavelmente saudáveis ☐ Pouco saudáveis ☐ Nada saudáveis

16. Você acha que essa Lei é :

☐ Muito importante ☐ Razoavelmente importante ☐ Nada importante

17. Você acha que:

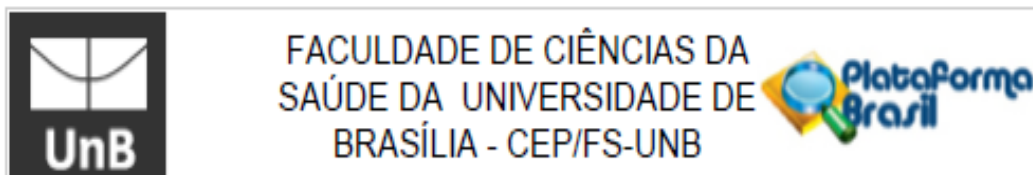
- ()Essa Lei vai me ajudar muito a ter uma alimentação mais saudável na escola
- ()Essa Lei vai me ajudar um pouco a ter uma alimentação mais saudável na escola
- ()Essa Lei não vai me ajudar a ter uma alimentação mais saudável na escola

18. Na sua opinião, a cantina da sua escola

- ()Já parou de vender refrigerante, biscoito recheado, salgadinho, balas e chocolate
- ()Deve parar de vender refrigerante, biscoito recheado, salgadinho, balas e chocolate
- ()Deve vender refrigerante, biscoito recheado, salgadinho, balas e chocolate só de vez em quando
- ()Não deve parar de vender refrigerante, biscoito recheado, salgadinho, balas e chocolate

9. ANEXOS

ANEXO 1: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Perfil das cantinas e percepção da comunidade escolar quanto a Lei nº 5.146 na rede pública e particular de ensino de Brasília - DF

Pesquisador: Maria Natácha Toral Bertolin

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 36352314.9.0000.0030

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 865.121

Data da Relatoria: 11/11/2014

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um trabalho de conclusão de curso da Luna de graduação em Nutrição, Maria Isabel Reis Rodrigues.

É um estudo transversal com objetivo de avaliar o perfil das cantinas e percepção da comunidade escolar quanto a Lei nº 5.146 na rede pública e particular de ensino de Brasília - DF. Serão realizadas análises em três elementos: cantinas, donos das cantinas e escolares de 9º ano. Será adotada amostra mínima de conveniência de 50% dos total de alunos matriculados nas escolas de Brasília que possuem 9º ano e tem cantina; isto corresponde a 107 alunos em uma escola pública e 49 em duas particulares, totalizando 156 escolares.

Objetivo da Pesquisa:

O Objetivo geral é avaliar o perfil das cantinas e percepção da comunidade escolar quanto a Lei nº 5.146 na rede pública e particular de ensino de Brasília - DF.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Avaliar os produtos comercializados pelas cantinas escolares;

Comparar a diferença de preço entre os produtos saudáveis e não saudáveis comercializados nas cantinas escolares;



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA - CEP/FS-UNB



Continuação do Parecer: 865.121

Avaliar as preferências de alimentos segundo os escolares;

Avaliar a percepção dos escolares sobre a implementação da Lei nº 5.148;

Avaliar a percepção dos donos de cantinas sobre a implementação da Lei nº 5.148.

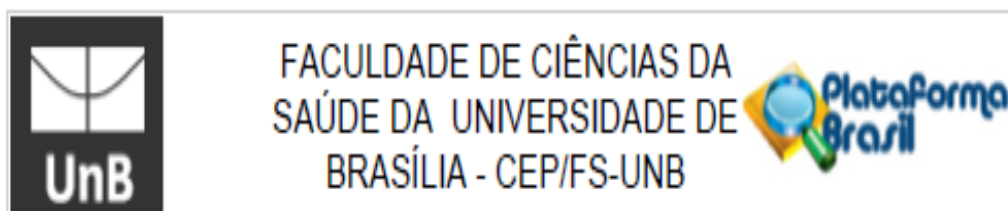
Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foi realizada análise de risco no projeto.

O estudo gerará, além de dados científicos para a academia, um relatório com as análises principais que será entregue às escolas participantes para divulgação dos dados, e será realizada uma oficina com os donos das cantinas para apresentar de forma prática que é viável oferecer alimentos saudáveis nas cantinas, tanto em função de seu baixo custo como em termos de praticidade para seu preparo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esse estudo transversal será desenvolvido em escolas públicas e particulares da Região Administrativa de Brazlândia, Distrito Federal. As cantinas serão visitadas para aplicação de um checklist, onde serão avaliados os alimentos que são comercializados no estabelecimento, se possui propaganda e qual o preço de venda da porção individual do produto. Os donos das cantinas serão convidados para entrevista com questionário sobre: horário e tempo de funcionamento; se a escola interfere na escolha dos alimentos que são vendidos; a percepção do dono em relação aos alimentos comercializados; se já fez alguma mudança para se adaptar à Lei 5.148; e uma pergunta sobre as principais limitações para a venda de produtos mais saudáveis na cantina. Também serão realizadas perguntas quanto à percepção do dono da cantina em relação à Lei nº 5.148: se ele conhece a Lei (no caso do entrevistado não conhecer, o entrevistador explicará do que se trata); se na sua opinião esta pode interferir no lucro da cantina; e uma pergunta sobre a opinião do dono em relação à Lei. Os escolares responderão questionário auto-aplicável sobre: a frequência que o aluno compra alimentos na cantina; o que costuma comprar na cantina; identificação de até três alimentos que são vendidos na cantina e que o aluno acredita que não são saudáveis; identificação de até três alimentos da cantina que o aluno considera saudável e de até três alimentos que gostaria que fossem vendidos na cantina; a percepção do aluno em relação aos alimentos comercializados na cantina. Também serão realizadas perguntas para análise da percepção dos mesmos quanto a Lei nº 5.148: se ele conhece a Lei (no caso do escolar não conhecer, o entrevistador explicará do que se trata); uma pergunta sobre a percepção do escolar quanto a Lei. Também serão realizadas perguntas fechadas com o objetivo de conhecer a opinião do escolar sobre a Lei: se acha que a Lei é importante; se acha que a Lei vai auxiliar em uma alimentação mais saudável na escola, e se o



Continuação do Parecer: 865.121

escolar acha que a cantina de sua escola deveria vender ou não lanches não-saudáveis. Os dados serão analisados no software SPSS 20.0, com análise descritiva em médias e proporções.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Para essa segunda etapa da análise foram utilizados os seguintes documentos:

Informações Básicas do Projeto PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_368307.pdf 30/10/2014 17:08:28;

Declarações Diversas CARTA EM RESPOSTA AS PENDÊNCIAS (1).pdf 30/10/2014 17:05:55;

TCLE - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.docx 30/10/2014 17:05:17;

Projeto Detalhado - projeto cantinas escolares para CEP.docx 30/10/2014 17:04:36.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Solicita-se:

Pendência 1: Apresentar termo de assentimento (PENDÊNCIA ATENDIDA);

Pendência 2: Esclarecer ou atualizar cronograma na plataforma (PENDÊNCIA ATENDIDA);

Pendência 3: Apresentar análise de riscos no projeto da Plataforma Brasil (PENDÊNCIA ATENDIDA).

Projeto em conformidade com a Res. CNS 468/2012 e complementares.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Em acordo com a Resolução 468/12 CNS, itens X.1.- 3.b. e XI.2.d, os pesquisadores responsáveis deverão apresentar relatórios parcial semestral e final do projeto de pesquisa, contados a partir da data de aprovação do protocolo de pesquisa.